

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

**DIREITO PENAL ECONÔMICO COMO DIREITO PENAL DE PERIGO**

Revista dos Tribunais

São Paulo, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

Silveira, Renato de Mello Jorge

Direito penal econômico como direito penal de perigo / Renato de Mello Jorge Silveira. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Bibliografia

ISBN 85-203-2943-8

1. Direito econômico 2. Direito penal I. Título

06-5877

CDU-343.33

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - Vicente Greco Filho	7
NOTA PRELIMINAR	9
INTRODUÇÃO	13
1. DIREITO PENAL ECONÓMICO E SOCIEDADE RISCO	
1.1 Evolução histórica do Direito Penal Econômico	20
1.2 Direito Penal e Economia	22
1.3 A sociedade de risco contemporânea	32
1.4 Globalização e os novos paradigmas	50
2. O DIREITO PENAL DE PERIGO E A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PENAL	64
2.1 A noção de ação no Direito Penal	70
2.2 O desvalor da ação e o desvalor do resultado	74
2.2.1 Teorias monista e dualista do ilícito	75
2.2.2 A importância do resultado juridicamente relevante	80
2.3 Paralelos entre a tentativa e a antecipação da tutela penal	85
2.4 A antecipação da tutela penal no Direito Penal moderno	91
2.4.1 Antecedentes históricos da antecipação da tutela penal	92
2.4.2 A moderna tendência de antecipação da tutela penal	96
3. DISTINÇÃO CLÁSSICA ENTRE CRIMES DE PERIGO ABSTRATO E CRIMES DE PERIGO CONCRETO	104
3.1 Evento e crimes de dano	106
3.2 Projeção e crimes de perigo	110
3.2.1 Crimes de perigo concreto	115
3.2.2 Crimes de perigo abstrato	116

4. NOVAS CONCEPÇÕES	120
4.1 Os primeiros passos	123
4.1.1 Crimes de resultado de perigo e de mera conduta perigosa	126
4.1.1.1 Crimes de resultado de perigo	127
4.1.1.2 Crimes de mera conduta perigosa	133
4.1.2 Outras concepções	142
4.1.2.1 Crimes baseados na ausência ou infração de controle administrativo	142
4.1.2.2 Crimes por acumulação	147
4.1.2.3 A idéia do bem jurídico espiritualizado	150
4.2 A superação do mito da necessidade do perigo abstrato	154
5. LIMITES DOGMÁTICOS E CONSTITUCIONAIS AO DIREITO PENAL DE PERIGO	159
5.1 Bem Jurídico, Lesividade e Ofensividade	159
5.2 Direito Penal Econômico e Direito Penal Mínimo: Princípio da Intervenção Mínima e da Culpabilidade	164
5.3 Da validade do Direito Penal Econômico como Direito Penal de perigo	172
BIBLIOGRAFIA	185